

Está a Melhoria dos Termos de Troca Ajudando a Reduzir a Pobreza na África?

por Andrew Mold
*Centro Africano para o Gênero e Desenvolvimento Social,
Comissão Econômica das Nações Unidas para a África -CEA*

Ao longo da década de 1990, o velho lema “Comércio sim, ajudas não”, forçava agressivamente a idéia de que o desempenho das exportações e a redução da pobreza eram intimamente relacionados. Nos últimos anos, porém, tem havido uma percepção crescente de que os laços entre os dois estão longe de ser automáticos e que inadequações graves podem ocorrer.

Um exemplo disto é o aparente desencontro na África entre o desempenho das exportações e a redução da pobreza. Avaliações pessimistas do desempenho das exportações africanas são abundantes. Mas estas não podem ser totalmente merecidas. Durante 1996-2001 estimativas da CNUCED sobre os volumes de comércio (por oposição aos valores de comércio) mostram que alguns PMA africanos conseguiram um mui respeitável aumento das exportações. No entanto, esta expansão não foi acompanhada, em muitos casos, por significativa redução da pobreza. Por exemplo, Madagascar e a República Centro Africana expandiram as suas exportações em cerca de 70% e 121% respectivamente durante este período, mas ainda assim os seus índices de incidência de pobreza de um dólar-ao-dia per capita aumentaram 12% e 2%. (Vide gráfico). No Burundi, um aumento de 236% nos volumes de exportação resultou em um aumento de 3% no índice de incidência da pobreza.

Em termos de valor, muitas exportações da África caíram ao longo deste período, já que os aumentos de volume não foram suficientes para compensar o colapso real dos preços de exportação, como os de café, óleo de palma, cacau e algodão. Apesar de a agricultura familiar continuar a ser predominante na África, as exportações desses produtos primários não apenas fracassaram em contribuir para a redução da pobreza, mas também não a impediram de se elevar.

Os recentemente noticiados recordes das altas nos mercados de produtos primários, impulsionados pela forte demanda da China e da Índia, fazem melhorar as condições de troca para os produtores dessas mercadorias. No entanto, os principais aumentos foram em minerais (produtos primários, como cobre) e nos combustíveis, mas os produtos primários agrícolas (ou de “produtos primários agrícolas”), que constituem a coluna de sustentação das economias africanas têm permanecido em baixa.

Além disso, embora o aumento dos preços do combustível e de minerais tenha tido um impacto favorável sobre alguns países africanos, também tem causado uma clivagem entre os exportadores de produtos primários industriais e agrícolas (“hard commodities” e “soft commodities”). Países como a Nigéria ou Zâmbia estão se beneficiando de suas exportações de petróleo e cobre, mas outros como Uganda ou a Etiópia, cuja receita de exportação depende de produtos primários agrícolas (e dependem da importação de produtos primários industriais, especialmente combustíveis), enfrentam uma situação extremamente difícil. O aparecimento de cadeias de valor transcontinental dominadas por supermercados e empresas varejistas do Norte acrescentou ainda mais complexidade, o que levanta problemas de excesso de poder de mercado por parte dos compradores, e que conduz a uma participação baixa e declinante para os produtores africanos no total de valor adicionado.¹

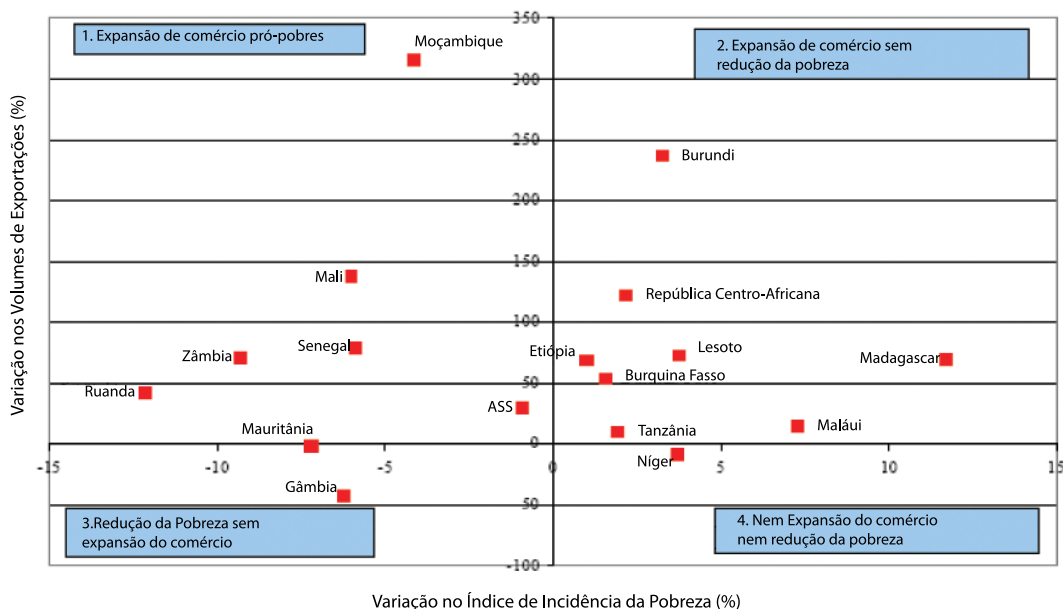
É quase que desnecessário ressaltar a importância da agricultura para a redução da pobreza. Aproximadamente 80% da população da África Subsaariana vive em áreas rurais, e 70% dependem de produção alimentar. Ainda nas últimas duas décadas, os decisores políticos no Norte têm geralmente feito vista grossa para os problemas causados pelos preços voláteis dos produtos primários. As ilustrações estabelecidas neste estudo sugerem que se dê um novo e mais matizado olhar para o relacionamento entre o comércio, o crescimento econômico e a redução da pobreza.

Claramente, para os exportadores de produtos primários agrícolas, a primeira coisa a fazer numa perspectiva de longo prazo é sair dos produtos primários, e serem cuidadosos sobre onde para onde eles se mudarem na produção industrial ou de serviços. Mas os formadores de políticas africanos estão profundamente conscientes de que os economistas têm geralmente sido longos recomendando diversificação e curtos em conselhos práticos sobre como atingir essa meta. As políticas para reduzir a pobreza devem encontrar mecanismos para reduzir a volatilidade dos preços e melhorar os termos de troca para estas "soft commodities", os produtos primários agrícolas. Uma postura completamente de livre-mercado, não-intervencionista nos mercados de produtos primários, claramente fracassou para os países em desenvolvimento mais pobres.

Notas:

1. P. Gibbons and S. Ponte (2005), *Trading down: Africa, Value Chains, and the Global Economy*. Filadélfia: Temple University Press.
2. Elaboração própria com base em estimativas de pobreza da CEA a partir de pesquisas domiciliares por país e CNUCED (2005), *Anuário Estatístico* (cd-rom).

Expansão do Comércio e Redução da Pobreza, 1996-2001, para PMAs Africanos Selecionados²



O **Centro Internacional de Pobreza** (CIP) é um projeto conjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Governo Brasileiro, que tem como finalidade a promoção da Cooperação Sul-Sul em pesquisa aplicada e treinamento sobre temas relacionados à pobreza. O CIP se especializa na análise dos temas da pobreza e da desigualdade e na provisão de recomendações para a formulação de políticas direcionadas à redução da pobreza. O CIP é diretamente vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual elabora pesquisas no âmbito do Governo Brasileiro, e ao Bureau for Development Policy, PNUD.

O CIP publica Working Papers, Policy Research Briefs, edições da revista *Poverty in Focus*, One Pagers e Country Studies.

Para informações adicionais e acesso às publicações do CIP:
www.undp-povertycentre.org